

A Diplomacia Parlamentar Portuguesa no Mediterrâneo: O Papel das Organizações Parlamentares Internacionais Face aos Desafios Geopolíticos

Nádia Loureiro

Universidade Nova de Lisboa, Doutoranda em Relações Internacionais

Resumo

A Assembleia da República tem-se afirmado como um ator relevante nas relações internacionais, através das suas delegações parlamentares. A diplomacia parlamentar surge como instrumento complementar à diplomacia tradicional, promovendo o diálogo político e a cooperação multilateral.

Portugal, enquanto país atlântico, desenvolve uma política externa ancorada no espaço europeu e transatlântico, mas também influenciada pelos laços históricos e estratégicos com o Mediterrâneo. Neste contexto, participa em várias Organizações Parlamentares Internacionais (OPI), destacando-se, na vertente mediterrânica, a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), a Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM) e a Assembleia Parlamentar da OSCE (AP OSCE). O presente artigo analisa o papel de Portugal nestas OPI, salientando o seu contributo para enfrentar desafios como a instabilidade política, a segurança energética e alimentar, os fluxos migratórios e a proteção de infraestruturas críticas, valorizando a diplomacia parlamentar como objeto de estudo académico.

Palavras-chave: Diplomacia Parlamentar; Mediterrâneo; Organizações Parlamentares Internacionais; Política Externa Portuguesa; Segurança Regional.

Artigo recebido: 26.03.2025

Aprovado: 16.04.2025

<https://doi.org/10.47906/ND2025.170.06>

Abstract

Portuguese parliamentary diplomacy in the Mediterranean: The role of international parliamentary organisations in the face of current geopolitical challenges

Through its parliamentary delegations, the Portuguese Parliament has established itself as a relevant player in international relations. Parliamentary diplomacy has emerged as a complementary instrument to traditional diplomacy, promoting political dialogue and multilateral cooperation.

As an Atlantic country, Portugal developed a foreign policy anchored in European and transatlantic space, but it was also influenced by its historical and strategic ties with the Mediterranean. In this context, it participates in several International Parliamentary Organisations (IPOs), particularly the Mediterranean Parliamentary Assembly (APM), the Parliamentary Assembly of the Union for the Mediterranean (AP-UpM), and the OSCE Parliamentary Assembly (AP OSCE). This article analyses Portugal's role in these PIOs, highlighting its contribution to tackling challenges such as political instability, energy and food security, migratory flows, and the protection of critical infrastructures, highlighting parliamentary diplomacy as an object of academic study.

Keywords: Parliamentary Diplomacy; Mediterranean; Parliamentary International Organizations; Portuguese Foreign Policy; Regional Security.

1. Introdução e Enquadramento do Artigo

«Os riscos para a segurança no Mediterrâneo são múltiplos e isso implica respostas multilaterais e multidimensionais».

Presidente da Assembleia da República

Eduardo Ferro Rodrigues¹

O Mediterrâneo tem sido, ao longo da História, um espaço geopolítico estratégico de interligação entre continentes, culturas e interesses económicos (Radojevic, 2020). Situado entre a Europa, África e Ásia, este mar desempenha um papel central no comércio internacional, no transporte de recursos energéticos e nos fluxos migratórios. Contudo, também se tem afirmado como palco de desafios complexos relacionados com segurança, instabilidade política e desenvolvimento humano (Fawcett, 2018).

Na atualidade, fenómenos como conflitos armados, migrações irregulares, insegurança energética e vulnerabilidade de infraestruturas críticas intensificam as tensões na região (Stergiou, 2023). A ação diplomática tradicional revela-se, por vezes, insuficiente, face à complexidade destes desafios, limitada pela rigidez institucional, pelo foco estatal e pela exclusão de atores não governamentais. Além disso, carece frequentemente da legitimidade democrática e da flexibilidade exigidas pelas novas ameaças transnacionais, que pedem respostas cooperativas e inclusivas (Pierre et al., 2024).

É neste contexto que a diplomacia parlamentar ganha relevância enquanto instrumento complementar à diplomacia estatal. Caracterizada por maior flexibilidade, esta forma de atuação permite o envolvimento direto de representantes eleitos, abrindo canais informais de diálogo entre Estados e entre sociedades civis (Stavridis e Jancic, 2017). Através de assembleias parlamentares e de redes interparlamentares, os parlamentos contribuem para a construção de confiança, promoção de valores democráticos e facilitação de consensos em matérias sensíveis (UIP, 2006). Embora não substitua a diplomacia tradicional, a diplomacia parlamentar reforça-a, legitimando os processos internacionais e oferecendo fóruns adicionais de cooperação (Weisglas e Boer, 2007).

Portugal, enquanto país atlântico com raízes mediterrânicas, alia o seu compromisso europeu e transatlântico a laços históricos e culturais com o espaço mediterrânico. O seu posicionamento geoestratégico, aliado à experiência em diálogo multilateral, confere-lhe uma predisposição natural para participar ativamente nas dinâmicas da região (Ribeiro, 2021). A Assembleia da República assume um papel relevante

1 Discurso do Presidente da Assembleia da República Eduardo Ferro Rodrigues, a 23 de fevereiro de 2017, na sessão de abertura da 11.ª Sessão Plenária da APM, que teve lugar no Porto.

neste domínio, através das suas delegações parlamentares e da participação em Organizações Parlamentares Internacionais (OPI) centradas no Mediterrâneo (Fonseca e Vargas, 2019). A presença portuguesa na Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), na Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM) e na Assembleia Parlamentar da OSCE (AP OSCE) ilustra o compromisso do país com a segurança regional, o desenvolvimento sustentável e a cooperação interparlamentar.

Este artigo propõe-se analisar a contribuição portuguesa para estas OPI, sublinhando o potencial da diplomacia parlamentar como resposta aos desafios geopolíticos emergentes. Através de um estudo de caso, procura evidenciar-se o papel dos parlamentos enquanto atores diplomáticos complementares, promovendo soluções cooperativas para problemas como a instabilidade política, segurança energética e alimentar, migrações e proteção de infraestruturas críticas. Pretende, ainda, dar-se visibilidade à dimensão internacional da Assembleia da República, frequentemente negligenciada, mas cada vez mais relevante no contexto da política externa portuguesa.

A estrutura do artigo organiza-se em quatro partes. Na primeira, procede-se a um enquadramento conceptual da diplomacia parlamentar, destacando-se as suas características e a sua evolução recente. Na segunda, analisa-se o Mediterrâneo enquanto espaço geopolítico estratégico, com particular atenção aos desafios contemporâneos que afetam a região. A terceira parte dedica-se ao papel de Portugal nas principais organizações parlamentares internacionais focadas no Mediterrâneo, detalhando a sua participação na APM, AP-UpM e AP OSCE. Por fim, apresenta-se uma reflexão crítica sobre o contributo da diplomacia parlamentar portuguesa para a promoção da segurança humana e da estabilidade regional, sublinhando o valor estratégico dos parlamentos enquanto instrumentos de *soft power* e de cooperação multilateral.

2. A Diplomacia Parlamentar: Definição e Evolução

A diplomacia parlamentar afirma-se como uma vertente significativa da política externa contemporânea, refletindo a transformação progressiva da atuação dos parlamentos nas relações internacionais (Péjo, 2020). Embora tradicionalmente reservadas aos poderes executivos, as atividades diplomáticas têm progressivamente incorporado os parlamentos como atores relevantes, tendência visível também no espaço mediterrânico.

A definição de diplomacia parlamentar continua a ser objeto de debate, oscilando entre diferentes abordagens académicas e práticas institucionais. Segundo Jönsson e Johnsson (2018), trata-se de um instrumento de promoção de uma governança multilateral mais inclusiva, ao conferir maior legitimidade democrática às decisões

internacionais. Para Weisglas e de Boer (2007), refere-se ao conjunto de atividades internacionais desenvolvidas pelos parlamentos e parlamentares com o objetivo de reforçar o entendimento mútuo, o controlo democrático e a legitimidade das instituições internacionais.

Malamud e Stavridis (2011) propõem uma distinção entre uma aceção *lato sensu*, que inclui todas as atividades parlamentares relacionadas com a política externa, e outra *stricto sensu*, que se refere às interações diretas entre parlamentos e parlamentares, através de OPI e fóruns interparlamentares. Esta diferenciação permite enquadrar a diversidade de formas que a diplomacia parlamentar pode assumir, incluindo funções consultivas e propositivas. Neste sentido, Cutler (2001) e Cofelice (2012) destacam o papel das OPI como redes transnacionais que articulam interesses plurais, num mundo globalizado. Ainda assim, a bibliografia sobre diplomacia parlamentar continua limitada e fragmentada, especialmente quando comparada com os estudos consolidados sobre diplomacia tradicional (Feldberg, 2019).

A diplomacia parlamentar desempenha diversas funções centrais. A primeira é o diálogo político, que favorece contactos diretos entre legisladores e possibilita ultrapassar bloqueios formais. Estes encontros são, geralmente, mais informais e flexíveis, permitindo a construção de confiança, mesmo em contextos diplomáticos tensos (Weisglas e Boer, 2007) (Malamud e Stavridis, 2011) (Jaskiernia, 2022).

Outra função essencial é o exercício do *soft power*. Como representantes eleitos, os parlamentares gozam de legitimidade acrescida para defender valores universais, como os direitos humanos e a democracia (Salimena, 2022). Essa dimensão simbólica confere à diplomacia parlamentar uma capacidade própria de projeção externa, reforçando a influência dos Estados e das organizações regionais (Hallunaj, 2020). Por fim, destaca-se a monitorização democrática. OPI como a AP OSCE ou a APM desempenham um papel relevante na promoção de boas práticas democráticas, na observação eleitoral e no escrutínio das políticas externas dos governos (Malamud e Stavridis, 2011). Estas plataformas permitem aos parlamentos exercer supervisão, não só sobre os seus próprios executivos, mas também como agentes de estabilização democrática noutras geografias.

O final da Guerra Fria foi decisivo para a institucionalização da diplomacia parlamentar, num contexto de crescimento do número de democracias e de maior valorização da legitimidade democrática nos processos internacionais. Cofelice (2012) sublinha que, apesar da diversidade organizacional e de recursos das OPI, estas partilham um objetivo comum: reforçar a legitimidade democrática das decisões multilaterais.

Na Europa, o Tratado de Lisboa foi um marco importante, ao reforçar o papel do Parlamento Europeu na política externa da União Europeia, consagrando a diplomacia parlamentar como instrumento complementar à diplomacia tradicional (Jancic, 2016) (Griglio e Stavridis, 2018). Esta experiência europeia serviu de modelo

para outras regiões, incentivando a criação de OPI em resposta aos desafios da governança global (Cutler, 2013).

No Mediterrâneo, espaço marcado por forte diversidade cultural, heranças coloniais e assimetrias socioeconómicas, a diplomacia parlamentar adquire particular relevância. A região enfrenta desafios interligados como a instabilidade política, os conflitos armados, as migrações e a insegurança energética, que exigem abordagens inclusivas e cooperativas. Neste cenário, a diplomacia parlamentar surge como um instrumento eficaz de promoção do diálogo multilateral, da cooperação regional e do apoio aos processos de democratização (Sarto et al., 2009).

A União Interparlamentar (UIP) teve um papel pioneiro neste processo, ao organizar, desde 1992, várias Conferências para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo, cujas recomendações levaram à criação da APM. A sua sessão inaugural teve lugar em Amã, em 2006. Desde então, a APM tem sido particularmente ativa na mediação de crises regionais, promoção dos direitos humanos e combate ao terrorismo (Assembleia da República, 2024).

A criação da Assembleia Parlamentar Euromediterrânica (APEM) em 2003, sucedida pela AP-UpM em 2010, reflete esta aposta num diálogo estruturado entre os parlamentos do Norte e do Sul do Mediterrâneo. Estas estruturas têm funcionado como plataformas de partilha legislativa, concertação política e promoção de projetos conjuntos (Zaouaq, 2021).

Por sua vez, a AP OSCE constitui um pilar relevante da diplomacia parlamentar na região. Embora com um mandato euro-atlântico mais abrangente, tem-se debruçado sobre temas como segurança, direitos humanos e estabilidade no Sul da Europa e no Norte de África. Desde a sua institucionalização na Cimeira de Budapeste, em 1994, tem promovido o diálogo parlamentar euro-atlântico, reforçando o papel dos parlamentos na arquitetura de segurança regional (Cutler, 2006) (Assembleia da República, 2024).

O envolvimento das delegações parlamentares portuguesas nestas organizações confirma o compromisso do país com a segurança e a estabilidade no Mediterrâneo, em coerência com a sua orientação europeísta e multilateral (Pavia, 2019). Esta presença será analisada em detalhe noutra secção do artigo.

A crescente complexidade das ameaças — como a vulnerabilidade das infraestruturas críticas, a insegurança alimentar e as migrações — evidencia a necessidade de mecanismos parlamentares eficazes. As OPI têm vindo a ganhar relevância no desenvolvimento de políticas comuns para enfrentar estes desafios, contribuindo para soluções integradas e sustentáveis (Kalaitzaki, 2025).

Neste contexto, a diplomacia parlamentar no Mediterrâneo afirma-se como um espaço próprio de exercício de *soft power*, monitorização democrática e construção de consensos, num ambiente caracterizado por tensões geopolíticas persistentes e forte diversidade cultural e política. A sua institucionalização acompanha a crescente

interdependência global e o reconhecimento do papel dos parlamentos como atores relevantes na promoção da paz, da democracia e do desenvolvimento sustentável.

Assim, importa compreender de que modo Portugal tem integrado esta vertente da ação externa e como tem projetado os seus interesses estratégicos através da participação nas OPI mediterrânicas, questão que será desenvolvida na secção seguinte.

3. Portugal e a Diplomacia Parlamentar no Mediterrâneo

A participação portuguesa na diplomacia parlamentar mediterrânica insere-se numa estratégia mais ampla de afirmação do país como ator comprometido com a paz, a cooperação e a defesa dos valores democráticos (Esteves, 2008). A Assembleia da República tem desempenhado um papel ativo neste domínio, articulando as prioridades da política externa nacional com as dinâmicas multilaterais das OPI. Para compreender esta atuação, importa, em primeiro lugar, enquadrar os eixos estratégicos da política externa portuguesa para o Mediterrâneo e analisar a forma como a diplomacia parlamentar tem servido de instrumento complementar de projeção e influência.

3.1. Enquadramento da política externa portuguesa para o Mediterrâneo

A política externa portuguesa tem-se pautado por uma visão multifacetada, assentando em pilares atlânticos, europeus e lusófonos (Teixeira, 2010, p. 58). Contudo, a constante instabilidade e centralidade do Mediterrâneo nos principais desafios geopolíticos globais, desde a segurança energética, passando pelas migrações até à proliferação de conflitos armados e à densificação dos existentes, bem como as ameaças transnacionais, conferem à região uma prioridade estratégica clara, que Lisboa não pode ignorar.

Portugal reconhece a importância do Mediterrâneo enquanto espaço de confluência de interesses económicos, políticos e securitários, sendo esta região encarada como área de extrema importância para a projeção da estabilidade europeia e atlântica. A Estratégia Global da UE e os documentos orientadores da política externa portuguesa refletem esta prioridade, atribuindo particular relevo à necessidade de promover segurança cooperativa, desenvolvimento sustentável e respeito pelos direitos humanos no Mediterrâneo (Lozovan, 2025) (Silva, 2016).

Neste contexto, a presença de Portugal em OPI tem vindo a constituir uma forma de participação adicional no plano multilateral, sobretudo no que se refere ao reforço do diálogo político, da cooperação interparlamentar e da promoção de valores democráticos e do Estado de direito.

Entre as principais OPI onde Portugal tem consolidado a sua presença no espaço euromediterrânico destacam-se três: a APM, a AP-UpM e a AP OSCE. Estas organizações funcionam como plataformas privilegiadas para abordar de forma multilateral e democrática desafios como a segurança regional, a gestão dos fluxos migratórios, a transição energética e a promoção da estabilidade política (Assembleia da República, 2025).

A APM, criada formalmente em 2006, surge como sucessora das Conferências Parlamentares para a Segurança e Cooperação no Mediterrâneo promovidas pela UIP. Portugal foi um dos membros fundadores desta OPI, que tem 31 países-membros e que se destaca pela sua capacidade de mediar crises regionais, fomentar o diálogo interparlamentar e contribuir para iniciativas de segurança marítima, combate ao terrorismo e desenvolvimento económico (Assembleia da República, 2024).

A APEM, predecessora da atual AP-UpM, foi oficialmente estabelecida a 3 de dezembro de 2003, em Nápoles, por decisão da Conferência Ministerial da Parceria Euromediterrânica, no contexto do Processo de Barcelona². Esta estrutura parlamentar nasceu com o objetivo de aprofundar os laços políticos, económicos e sociais entre o norte e o sul do Mediterrâneo. A APEM passou a designar-se AP-UpM em março de 2010, por decisão tomada durante a 6.ª Sessão Plenária da APEM, realizada em Amã, na Jordânia. Atualmente é composta por 42 países-membros. Portugal tem mantido uma participação regular nos trabalhos desta OPI, intervindo em áreas prioritárias como a energia renovável, os direitos humanos, a inclusão social e as migrações (AP-UpM, 2019) (Assembleia da República, 2020).

Por seu lado, a AP OSCE, embora com um âmbito euro-atlântico mais vasto, uma vez que inclui 57 países membros distribuídos por três continentes, Europa, Ásia e América do Norte, dedica especial atenção à região mediterrânica, nomeadamente através dos seus Fóruns Mediterrânicos. Portugal tem desempenhado um papel relevante neste contexto, apoiando iniciativas que visam reforçar a segurança cooperativa e os mecanismos de confiança entre os Estados do Norte e do Sul do Mediterrâneo (Assembleia da República, 2024).

Neste enquadramento, a Assembleia da República procura alinhar a sua intervenção internacional com os objetivos estratégicos definidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), garantindo coerência e eficácia à ação externa do Estado português (Silva, 2024).

2 O Processo de Barcelona, lançado em 1995, é uma iniciativa de cooperação euromediterrânica que visa promover a paz, a estabilidade e o desenvolvimento económico partilhado entre a União Europeia e os países parceiros do Sul do Mediterrâneo. Este processo constituiu a base da Parceria Euromediterrânica, posteriormente integrada na Política Europeia de Vizinhança (Comissão Europeia, 2011).

Deste modo, a diplomacia parlamentar apresenta-se como uma via complementar à ação externa tradicional, oferecendo instrumentos de diálogo político e cooperação que se ajustam à complexidade do espaço mediterrânico. A apreciação da participação parlamentar portuguesa nestes fóruns permite compreender melhor o alcance e a consistência desta vertente da ação externa nacional. Na secção seguinte, será apresentado um retrato do percurso histórico relevante da participação parlamentar portuguesa nestes fóruns, evidenciando o contributo da Assembleia da República para a diplomacia euromediterrânica.

3.2. Breve histórico da participação parlamentar portuguesa

A diplomacia parlamentar portuguesa assenta num percurso institucional que, embora nem sempre visível, tem vindo a consolidar-se ao longo das duas últimas décadas. A Assembleia da República afirmou progressivamente a sua presença em fóruns interparlamentares, contribuindo de forma consistente para a dinamização do diálogo político, a cooperação legislativa e a promoção dos valores democráticos. Este esforço evidencia a capacidade portuguesa de exercer *soft power*, criando pontes de entendimento e diálogo entre países terceiros (Silva, 2024). Esta atuação, embora complementar à política externa do Governo, tem um significado próprio enquanto forma de projeção do compromisso constitucional de Portugal com a paz, a solidariedade entre os povos e os direitos fundamentais.

Conforme mencionado anteriormente, Portugal é membro fundador da APM. Desde então, a Assembleia da República mantém uma presença regular e empenhada nas sessões plenárias e nas comissões permanentes desta organização, com particular destaque para os temas do diálogo intercultural, segurança marítima, combate ao terrorismo e direitos humanos. Um dos principais exemplos do protagonismo português foi a eleição do deputado Pedro Roque (PSD) como Presidente da APM entre 2017 e 2019. Posteriormente, assumiu a presidência da Comissão Permanente sobre Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos, função que mantém desde 2019 e para a qual foi reeleito em 2025, o que lhe confere igualmente o estatuto de Vice-presidente da APM. Estes cargos refletem o reconhecimento da experiência diplomática e da credibilidade dos representantes portugueses junto desta organização. A atividade nacional no seio da APM inclui ainda a participação em missões parlamentares, elaboração de relatórios e apresentação de propostas sobre migrações, combate ao tráfico de seres humanos e cooperação regional no Mediterrâneo alargado, nomeadamente para a região do Golfo Pérsico (APM, 2025). A Assembleia da República acolheu, em dois momentos distintos, sessões plenárias da APM. A 11.^a Sessão Plenária, realizada no Porto, em 2017, e, em 2024, a 18.^a Sessão Plenária teve lugar em Braga, acompanhada pela 52.^a Reunião Estatutária do

Bureau e pela reunião do Fórum das Mulheres Parlamentares da APM, organizada em Matosinhos. Neste contexto, a deputada Joana Lima (PS) assumiu um papel relevante enquanto Presidente e fundadora do referido Fórum, durante o mandato 2022–2024, reforçando a representatividade de Portugal em temas como a igualdade de género e a participação política feminina (Assembleia da República, 2024).

A AP-UpM constitui outro importante palco de expressão da diplomacia parlamentar na região mediterrânica. Com o objetivo de reforçar a supervisão parlamentar da cooperação entre os países da bacia mediterrânica, em domínios como energia, ambiente, juventude, inclusão social, género e educação, esta OPI é herdeira da APEM, no seguimento da criação da União para o Mediterrâneo (UpM) e da renovação do Processo de Barcelona (AP-UpM, 2019). A Assembleia da República esteve envolvida desde os primórdios na APEM, tendo transitado naturalmente para a nova configuração institucional. A participação portuguesa tem sido consistente nas sessões e comissões, com destaque para a Comissão de Energia, Ambiente e Água (Assembleia da República, 2020).

Nesta organização, o deputado Bruno Coimbra (PSD) foi eleito Presidente desta comissão para o biénio 2020–2022, liderando os trabalhos sobre temas como alterações climáticas, gestão dos recursos hídricos e a poluição marinha. Esta participação evidencia o alinhamento entre as prioridades políticas portuguesas e os grandes desafios regionais, nomeadamente no que diz respeito à transição energética, à sustentabilidade ambiental e à cooperação para o desenvolvimento. A delegação portuguesa tem ainda assumido posições claras em defesa dos direitos das mulheres e da capacitação juvenil, em coerência com os compromissos multilaterais do Estado português e com a matriz normativa da sua política externa (Assembleia da República, 2020).

A AP OSCE tem atribuído uma atenção especial ao Mediterrâneo desde a criação do cargo de Representante Especial para os Assuntos do Mediterrâneo e do Fórum do Mediterrâneo, este último realizado regularmente durante as Reuniões de outono. Estes instrumentos têm facilitado um diálogo contínuo entre os Estados participantes da OSCE e os parceiros mediterrânicos para a cooperação, nomeadamente a Argélia, o Egito, Israel, a Jordânia, Marrocos e a Tunísia, sobre desafios comuns como a segurança regional, as migrações e o desenvolvimento económico. Neste âmbito, os parlamentares portugueses têm participado de forma ativa, contribuindo para os debates e iniciativas, especialmente em temas como segurança marítima, combate ao terrorismo, tráfico de seres humanos e cooperação interparlamentar com países do Magrebe (AP OSCE, 2025).

Em termos gerais, a delegação da Assembleia da República participa regularmente nas sessões plenárias, nas comissões temáticas e nas missões de observação eleitoral organizadas por esta OPI. Ao longo dos anos, os deputados portugueses ocuparam cargos de destaque na estrutura da AP OSCE. A título de exemplo, refira-se João

Soares (PS), que exerceu a presidência da Assembleia entre 2008 e 2010, após ter sido Vice-presidente entre 2006 e 2008, liderando missões de observação eleitoral e reforçando o papel da OSCE como instrumento de segurança cooperativa. Mais recentemente, o deputado Luís Graça (PS) foi eleito Vice-presidente da AP OSCE e nomeado Representante Especial para o Cáucaso do Sul, cargo que sublinha a continuidade do envolvimento português ao mais alto nível. Outros deputados, como Isabel Santos (PS) e Nilza de Sena (PSD), também desempenharam papéis relevantes em comissões sobre democracia, direitos humanos, economia e ambiente. A realização de eventos em território nacional tem reforçado o reconhecimento do papel da delegação portuguesa (Assembleia da República, 2024). As Conferências de Lisboa, promovidas pela AP OSCE, têm abordado temas emergentes, como a segurança na era da inteligência artificial (2024). Este evento, bem como a organização da 32.^a Sessão Anual da AP OSCE, em 2025, no Porto, testemunham o envolvimento de Portugal, reforçando, junto desta relevante OPI a projeção da diplomacia parlamentar portuguesa (AP OSCE, 2025).

Objetivamente, o envolvimento da Assembleia da República nestes fóruns parlamentares evidencia uma participação que, embora discreta, é regular, institucionalizada e alinhada com os objetivos da política externa nacional. A diplomacia parlamentar portuguesa não se resume a uma função representativa: tem sido uma via de afirmação dos valores inscritos na Constituição, como a democracia, os direitos humanos, a cooperação internacional e a paz (Fonseca e Vargas, 2019). Os deputados portugueses, ao ocuparem cargos de responsabilidade em organismos parlamentares internacionais, reforçam a posição de Portugal como ator confiável e empenhado na promoção de soluções cooperativas para os desafios mediterrânicos.

A dimensão normativa desta presença também não pode ser ignorada. Como sublinham Salimena (2022) e Hallunaj (2020), os parlamentos eleitos democraticamente dispõem de uma legitimidade acrescida para intervir no plano internacional, defendendo os valores universais da democracia, da justiça social e do Estado de direito. A diplomacia parlamentar portuguesa reflete este compromisso, quer através da participação nestes fóruns multilaterais, quer mediante intervenções temáticas coerentes com a tradição constitucional e diplomática do Estado português.

Neste contexto, a atuação da Assembleia da República no Mediterrâneo deve ser entendida como parte de uma estratégia mais ampla de *soft power*, na qual o capital simbólico da representação democrática se alia à ação multilateral para promover estabilidade, diálogo e desenvolvimento. O percurso histórico da participação portuguesa nestas organizações, não só confirma o valor estratégico da diplomacia parlamentar, como também reforça a necessidade de aprofundar o seu potencial e de o integrar, de forma mais estruturada, nas prioridades da política externa nacional.

4. Os Atuais Desafios Geopolíticos do Mediterrâneo e a Resposta das OPI

A região do Mediterrâneo enfrenta hoje desafios geopolíticos complexos e interligados, que afetam diretamente a segurança, a estabilidade política e o desenvolvimento económico e social dos países envolvidos. Desde a instabilidade persistente após as Primaveras Árabes até às crescentes preocupações com a segurança energética, alimentar, com as migrações e as ameaças às infraestruturas críticas, torna-se evidente que nenhuma resposta isolada é suficiente (Marignan, 2023).

Neste contexto, as OPI desempenham um papel relevante enquanto plataformas para a construção de consensos políticos, promoção de iniciativas multilaterais e reforço da cooperação regional (Amaral, 2004). Nos subcapítulos seguintes, serão analisados estes desafios específicos e como estas organizações, através da diplomacia parlamentar, têm procurado responder às complexas dinâmicas regionais.

4.1. Instabilidade política e regimes autoritários

Mais de uma década após as Primaveras Árabes³, o Mediterrâneo permanece marcado pela instabilidade política e pela persistência ou reforço de regimes autoritários. O cenário que se previa de democratização gradual não se confirmou na maioria dos países da região; antes pelo contrário, assistiu-se a um recrudescimento das crises internas, caracterizadas pelo retorno ou aprofundamento de práticas autoritárias, pela erosão de direitos humanos e por conflitos armados persistentes (Bellin, 2012). Casos emblemáticos incluem a Líbia, que desde 2011 permanece dividida entre facções rivais, num ambiente de permanente instabilidade; a Síria que, apesar da queda do regime de Bashar al-Assad, continua mergulhada numa guerra civil prolongada e devastadora; e o Egito, que, após um curto período de abertura democrática, regressou a uma governação autoritária sob o regime de Abdel Fattah al-Sisi (Darwisheh, 2014).

Esta instabilidade política alimenta múltiplos desafios, incluindo crises humanitárias, migrações irregulares, radicalização política e religiosa e enfraquecimento institucional. É neste contexto que as OPI que analisamos neste texto têm procurado desempenhar um papel relevante, embora com resultados diferenciados (Cofelice e Stavridis, 2017).

3 As Primaveras Árabes referem-se à série de protestos populares e movimentos revolucionários iniciados em 2010 na Tunísia, estendendo-se rapidamente a vários países árabes, incluindo o Egito, a Líbia, a Síria, o Barém e o Iémen. Esses movimentos procuraram pôr término a regimes autoritários, reivindicando reformas democráticas e económicas, bem como justiça social, tendo conduzido, contudo, a resultados muito diversificados em termos de democratização e estabilidade política regional (Bellin, 2012).

A APM tem colocado especial ênfase na estabilização regional e na construção de consensos políticos, assumindo frequentemente uma função de mediadora e facilitadora do diálogo interparlamentar. Em diversas ocasiões, esta Assembleia procurou promover o contacto direto entre parlamentares dos países da bacia sul e norte, num esforço para ultrapassar as barreiras diplomáticas tradicionais (APM, 2025). Exemplo concreto dessa atuação foi o envolvimento da APM na crise política na Líbia, onde a organização estabeleceu plataformas específicas para facilitar o diálogo entre facções parlamentares rivais. Neste contexto, destaca-se a reunião realizada em 17 de março de 2015, em Malta, entre o Secretário-Geral da APM, Sergio Piazzzi, e o presidente da Comissão Preparatória para o Diálogo Nacional da Líbia⁴, Fadeel Mohammed Atayeb Lameen. Este encontro sublinhou o papel proativo da APM, reforçado também por reuniões promovidas pelo *Bureau* da APM com delegações parlamentares líbias, em Roma e em Marrocos (APM, 2015). Contudo, apesar destes esforços, os avanços foram limitados devido à complexidade das rivalidades internas e das ingerências externas que condicionam o processo político líbio (Lier, 2017).

Já a AP-UpM tem procurado desde a sua criação reforçar o compromisso político regional em torno da democracia, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos, com um enfoque particular em áreas como a igualdade de género e a participação dos jovens. Contudo, a capacidade desta organização para influenciar diretamente regimes autoritários ou governos em crise é limitada, devido ao seu carácter predominantemente consultivo e à falta de instrumentos coercivos (Fonseca e Vargas, 2019). Apesar disso, a AP-UpM tem procurado assumir um papel enquanto fórum de debate e sensibilização para questões estruturais relacionadas com a democratização e a governação, como ficou patente na Sessão Plenária de 2021, em Bruxelas, em que os parlamentares apelaram explicitamente à cooperação euromediterrânica em matéria de boa governação e direitos fundamentais (AP-UpM, 2021).

No que respeita à AP OSCE, esta assume um papel específico na promoção do diálogo político e na sensibilização para a problemática da instabilidade política e dos regimes autoritários no Mediterrâneo, através do seu Representante Especial para os Assuntos Mediterrânicos. Desde as Primaveras Árabes, e particularmente nos últimos anos, esta OPI reforça a dimensão mediterrânica da sua atuação, destacando que a estabilidade europeia está estreitamente ligada à segurança

4 A Comissão Preparatória para o Diálogo Nacional da Líbia foi estabelecida pelo governo líbio em 2013, com o objetivo de promover um processo de diálogo político inclusivo entre as várias facções líbias, facilitando negociações destinadas à reconciliação nacional e à estabilização do país. A Comissão era presidida por Fadeel Mohammed Atayeb Lameen e colaborava estreitamente com organizações internacionais, incluindo a APM e as Nações Unidas (Lier, 2017).

e governação democrática nesta região. Embora a AP OSCE não esteja a realizar diretamente missões eleitorais na Tunísia, acompanha com atenção a evolução democrática do país, emitindo alertas regulares sobre o recente retrocesso político ocorrido desde 2021. Este facto sublinha a fragilidade dos processos democráticos na região, enfatizando a necessidade de um reforço contínuo dos mecanismos parlamentares e institucionais capazes de apoiar e garantir a sustentabilidade da democracia e dos direitos humanos no Mediterrâneo (AP OSCE, 2025).

Além disso, a AP OSCE organiza regularmente o Fórum Mediterrânico, uma plataforma dedicada a discutir questões prementes na região. Por exemplo, em outubro de 2024, durante a 22.^a Reunião de outono em Dublin, o Fórum Mediterrânico focou-se na situação no Médio Oriente, abordando temas como conflitos prolongados que representam obstáculos ao desenvolvimento e à consecução de objetivos internacionais (AP OSCE, 2024).

Neste quadro desafiante, Portugal tem procurado afirmar-se enquanto ator diplomático ativo, utilizando as plataformas parlamentares internacionais para defender uma agenda de diálogo, paz e respeito pelos direitos humanos. O país tem-se envolvido na mediação de conflitos, promoção da estabilidade democrática e fortalecimento das instituições parlamentares na região. Exemplo disso foi o papel desempenhado pelo deputado Pedro Roque na APM, onde, enquanto presidente (2017-2019) e, posteriormente, líder da Comissão Permanente sobre Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos, procurou colocar no centro da agenda mediterrânica o combate ao extremismo violento e a defesa das minorias religiosas e étnicas, enfatizando o potencial da diplomacia parlamentar para a estabilização da região (Assembleia da República, 2024).

4.2. Segurança energética e alimentar

O contexto mediterrânico atual é marcado por uma crescente competição pelos recursos naturais, pela necessidade urgente de transição energética e pela persistência de vulnerabilidades estruturais no domínio da produção alimentar, fatores estes potenciados por crises económicas e pela instabilidade política regional (Abis e Demurtas, 2023) (Stergiou, 2023).

A competição por recursos energéticos no Mediterrâneo é complexa e multifacetada. Vários países da região, sobretudo os da margem sul, enfrentam uma dependência energética significativa face a países terceiros, fragilizando a sua autonomia económica e política. A recente descoberta de reservas de gás natural, particularmente no Mediterrâneo Oriental, não só despertou expectativas económicas, mas também intensificou disputas geopolíticas entre países vizinhos, tais como a Turquia, a Grécia, o Chipre, Israel, o Egito e o Líbano, gerando tensões

regionais e colocando novos desafios à cooperação inter-regional (Belhaj, 2025). Além disso, a invasão russa da Ucrânia em 2022 e a consequente crise energética global destacaram ainda mais a urgência de diversificar fontes de energia e de reduzir a dependência dos países europeus relativamente aos combustíveis fósseis importados (Martínez-García et al., 2023).

Neste contexto, a transição energética tornou-se uma prioridade estratégica, não apenas para os países europeus, mas para todo o espaço mediterrânico. A necessidade de desenvolver fontes de energia sustentáveis e limpas surge, assim, não somente como uma resposta ambiental às alterações climáticas, mas como um imperativo de segurança e estabilidade regional (Elgendy, 2025). Contudo, essa transição apresenta desafios significativos, dado que exige investimentos substanciais, transferência tecnológica e políticas coordenadas entre países com níveis de desenvolvimento e interesses por vezes divergentes (Andersson et al., 2025). É precisamente neste tópico que o papel das OPI ganha relevância, funcionando como plataformas para o diálogo multilateral, debate político e promoção de iniciativas conjuntas.

A APM, em particular, tem-se destacado na tentativa de promover políticas energéticas sustentáveis e integradas. Em 2023, a APM reafirmou, através das suas comissões especializadas, a importância de acelerar a transição energética como um meio de reforçar a autonomia regional e de reduzir tensões geopolíticas. Foram apresentadas diversas recomendações com o intuito de harmonizar políticas energéticas nacionais e regionais, facilitar investimentos em energias renováveis e melhorar a cooperação no domínio da eficiência energética. Concretamente, na 17.^a Sessão Plenária, em Rabat, a APM recomendou aos parlamentos membros que adotassem medidas legislativas para simplificar o desenvolvimento de infraestruturas regionais comuns, como redes elétricas interligadas, parques eólicos *offshore* e centrais solares, iniciativas estas que podem contribuir substancialmente para uma matriz energética mais sustentável e segura na região (APM, 2023).

A AP-UpM também desempenha um papel relevante neste domínio. Através da sua Comissão de Energia, Ambiente e Água aborda a segurança energética como uma questão crítica para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade política regional. Os parlamentares têm promovido regularmente discussões sobre a harmonização legislativa entre os países membros da UpM, especialmente nas áreas de regulação ambiental, investimento em energias renováveis e cooperação tecnológica (AP-UpM, 2024).

Importa salientar que este tema é particularmente debatido na Comissão sobre Energia, Ambiente e Água, que, como já foi referido, foi presidida pelo deputado Bruno Coimbra entre 2020 e 2022. Um exemplo emblemático deste envolvimento foi a reunião desta Comissão realizada em Aveiro, em janeiro de 2023, onde se destacou a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do município e o estabelecimento de um protocolo que visa o contributo científico da Universidade de Aveiro para os

trabalhos da AP-UpM. Esta iniciativa ilustra a articulação entre a ação parlamentar, as autoridades locais e a academia, reforçando o papel de Portugal na diplomacia parlamentar ambiental, no espaço mediterrânico (Câmara Municipal de Aveiro, 2023). Além da questão energética, a segurança alimentar representa outro desafio para a região. O Mediterrâneo, especialmente os países do Magrebe e do Médio Oriente, enfrenta vulnerabilidades acentuadas devido à escassez crónica de recursos hídricos, à degradação ambiental e aos impactos crescentes das alterações climáticas sobre a produção agrícola. Estes fatores têm conduzido a crises alimentares periódicas que, por sua vez, aumentam a instabilidade política e social, podendo potenciar movimentos migratórios significativos (Abis e Demurtas, 2023).

Reconhecendo a gravidade desta situação, a APM, como exemplo, tem promovido iniciativas parlamentares concretas para melhorar a cooperação regional no âmbito da segurança alimentar. Estas ações passam pela promoção de políticas agrícolas mais resilientes e sustentáveis, pela melhoria das técnicas de gestão da água e dos solos e pelo incentivo a práticas agrícolas adaptadas ao clima mediterrânico. Um exemplo recente dessa abordagem foi a intervenção de Jean-Léonard Touadi, coordenador especial da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para as Alianças Parlamentares, durante a sessão de fevereiro de 2025, em Roma. Touadi sublinhou a importância da ação parlamentar no combate à fome e à malnutrição, em alinhamento com os objetivos da Agenda 2030 da ONU, realçando o papel das OPI na adoção de políticas coerentes e integradas para a segurança alimentar. Nestas iniciativas, os parlamentos têm um papel essencial ao introduzir legislação específica para garantir a implementação eficaz das recomendações da APM, com foco especial na cooperação agrícola regional e no intercâmbio de boas práticas (APM, 2025).

A partir destes elementos, compreende-se que, perante os desafios estruturais associados à segurança energética e alimentar, as OPI têm proporcionado plataformas fundamentais para o debate, a troca de experiências e a implementação prática de políticas coordenadas e sustentáveis. Considerando este enquadramento, a participação ativa de países como Portugal nestas OPI não só reforça o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade regional, mas também evidencia o valor estratégico da diplomacia parlamentar como ferramenta complementar às políticas externas governamentais.

4.3. Migrações e segurança humana

O fenómeno migratório no Mediterrâneo é um dos desafios mais complexos e persistentes da região, assumindo contornos multidimensionais que vão muito além da gestão de fronteiras. A interligação entre migrações, segurança humana e

estabilidade regional exige uma abordagem cooperativa, transversal e, sobretudo, centrada nos direitos humanos (Ferreira, 2016).

O agravamento dos fluxos migratórios irregulares, impulsionados por conflitos armados, degradação ambiental, desigualdades socioeconómicas e crises humanitárias, tem colocado uma pressão significativa sobre os Estados da bacia mediterrânica. Países como a Itália, Grécia, Malta ou o Chipre têm sido pontos de entrada de milhares de migrantes e requerentes de asilo, enquanto os países do Norte de África e do Médio Oriente enfrentam, por sua vez, desafios estruturais relacionados com o acolhimento, o trânsito ou o repatriamento de migrantes (OIM, 2024). A resposta eficaz a esta realidade ultrapassa claramente as capacidades nacionais isoladas, requerendo cooperação intergovernamental e interparlamentar a vários níveis.

A APM, em particular, tem promovido o debate sobre a necessidade de uma abordagem humanitária e equilibrada, instando os parlamentos nacionais a adotarem legislação que garanta o respeito pelos direitos dos migrantes, especialmente dos mais vulneráveis: crianças, mulheres, vítimas de tráfico ou de perseguição. Esta orientação alinha-se com os compromissos reafirmados na Conferência Parlamentar sobre a Convenção de Palermo, organizada pela APM em Nápoles, em fevereiro de 2024, na qual os parlamentares destacaram a urgência de reforçar os instrumentos legais e institucionais para combater o crime organizado transnacional, incluindo o tráfico de seres humanos e o tráfico ilícito de migrantes. O encontro sublinhou o papel essencial dos parlamentos na transposição da Convenção de Palermo para os ordenamentos jurídicos nacionais, na monitorização das políticas de combate ao crime e na proteção das vítimas, reforçando assim a dimensão parlamentar de uma resposta coordenada e centrada na segurança humana (APM, 2022).

A AP-UpM, por sua vez, aborda as migrações numa perspetiva que privilegia o desenvolvimento inclusivo e a coesão social regional, com atenção às causas estruturais da mobilidade humana, como o desemprego juvenil, as alterações climáticas e a ausência de oportunidades económicas (Assembleia da República, 2020). As suas comissões especializadas, como a de Direitos das Mulheres e a de Promoção da Qualidade de Vida, Cultura e Sociedade Civil, têm procurado promover o papel das políticas públicas na mitigação destes fatores (AP-UpM, 2024).

Como exemplo, na 15.^a Sessão Plenária da AP-UpM, realizada em Estrasburgo, em 2019, os debates centraram-se em propostas legislativas para fomentar a empregabilidade jovem, promover a educação e apoiar o desenvolvimento sustentável como estratégias para reduzir a migração forçada (AP-UpM, 2020). Os parlamentares sublinharam a importância da cultura como vetor de integração social e de estabilidade nas comunidades de origem, trânsito e destino (AP-UfM, 2024).

Por sua vez, a Recomendação sobre alterações climáticas e políticas de género, adotada pela Comissão dos Direitos da Mulher, em 2021, destacou a vulnerabilidade acrescida das mulheres e raparigas em contextos de degradação ambiental e

deslocação forçada. O documento apela à integração da igualdade de género nas políticas ambientais e migratórias, à proteção das mulheres migrantes e ao seu empoderamento económico, nomeadamente através do apoio ao empreendedorismo feminino, da educação e do acesso a instrumentos financeiros (AP-UfM, 2021).

Estas iniciativas são entendidas como formas de prevenir migrações forçadas, fomentando a confiança entre os povos e uma perceção positiva da mobilidade humana. Neste enquadramento, a cooperação parlamentar é vista pela AP-UpM como um instrumento válido para construir respostas estruturadas e articuladas às migrações, assegurando que os parlamentos contribuam para a harmonização legislativa, a fiscalização das políticas migratórias e a formulação de narrativas públicas assentes na dignidade humana, inclusão e solidariedade regional.

Quanto à APOSC, esta tem feito uso da sua ampla experiência no acompanhamento de processos democráticos e na promoção dos direitos humanos para alertar para os riscos de uma securitização excessiva da migração, frequentemente associada à criminalização dos migrantes e ao enfraquecimento das garantias legais. Através dos seus Representantes Especiais para as Migrações, os Direitos Humanos e o Tráfico de Seres Humanos, esta OPI tem incentivado os parlamentos nacionais a adotar uma narrativa construtiva sobre a mobilidade, promovendo respostas legislativas que combatam a xenofobia, o discurso de ódio e a estigmatização dos migrantes (Assembleia da República, 2024).

A dimensão mediterrânica da ação parlamentar da OSCE tem ganho visibilidade através do trabalho do Representante Especial para os Assuntos Mediterrânicos. Em encontros regulares com países do Sul e Leste do Mediterrâneo, este representante tem reforçado a ideia de que os desafios migratórios só podem ser resolvidos por meio de uma abordagem cooperativa, regional e centrada na segurança humana (AP OSCE, 2025).

Complementarmente, o Grupo de Trabalho *ad hoc* sobre Migração da AP OSCE tem desenvolvido missões de campo e relatórios temáticos em países como Itália, Grécia, Turquia e Líbano, focando-se nas condições de acolhimento, nos desafios da integração e no impacto das políticas migratórias tanto nas populações locais como nos próprios migrantes. Os relatórios resultantes dessas missões servem como base para recomendações concretas aos parlamentos nacionais e organismos internacionais, e têm enfatizado a necessidade de soluções partilhadas, sustentadas por evidência e alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em particular os ODS 10 (redução das desigualdades) e ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) (AP OSCE, 2024).

Neste enquadramento, a atuação desta OPI assenta numa conceção de migração como fenómeno transversal às agendas de segurança, desenvolvimento e direitos humanos, e propõe uma resposta centrada na dignidade humana, na legalidade e na solidariedade internacional (AP OSCE, 2024).

Tendo em conta a natureza multifacetada das migrações e os riscos que estas colocam à segurança humana, destaca-se o papel crescente das OPI como plataformas de cooperação interparlamentar e de concertação política, na região mediterrânica.

4.4. Proteção de infraestruturas críticas e segurança marítima

A proteção das infraestruturas críticas e a segurança marítima surgem hoje como dimensões fundamentais da estabilidade regional no Mediterrâneo, particularmente num contexto geopolítico caracterizado por assimetrias de capacidade, proliferação de ameaças híbridas e interdependência estratégica entre Estados costeiros (Benantar, 2015). O espaço marítimo mediterrânico, sendo um dos corredores de comércio mais movimentados do mundo, com elevado tráfego de mercadorias, recursos energéticos e pessoas, enfrenta crescentes riscos decorrentes de atividades ilícitas transnacionais, terrorismo, pirataria, conflitos de soberania, tráfego de armas, drogas e seres humanos. Está igualmente sujeito a riscos como ciberataques e sabotagens a infraestruturas críticas, nomeadamente portos, cabos submarinos, plataformas energéticas e sistemas de comunicação e transporte (Duchesne, 2023). A crescente sofisticação das ameaças, muitas vezes de natureza híbrida e transnacional, tem exposto as limitações dos mecanismos tradicionais de segurança centrados exclusivamente nos Estados. Neste contexto, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de soluções que integrem dimensões políticas, legislativas e cooperativas (Chapsos, 2016). É neste quadro que a diplomacia parlamentar tem procurado ocupar um espaço próprio, tentando afirmar-se como instrumento complementar na partilha de boas práticas, na promoção da confiança mútua e na aproximação de enquadramentos legislativos em matéria de prevenção, resposta e resiliência (Cutler, 2001). Neste domínio, as OPI em apreço têm-se destacado como plataformas eficazes de diálogo político, cooperação regional e concertação de esforços entre os parlamentos nacionais dos países da bacia mediterrânica.

A APM tem dedicado particular atenção à segurança marítima desde os seus primeiros anos de atividade, integrando o tema nas suas comissões especializadas, missões parlamentares e resoluções. Em diversas ocasiões, esta organização sublinhou a necessidade de reforçar a cooperação interparlamentar no combate ao crime organizado transnacional e ao terrorismo marítimo, incentivando os parlamentos nacionais a aprovar legislação adequada e a reforçar os mecanismos de controlo fronteiriço e marítimo em conformidade com o direito internacional (APM, 2025). Um exemplo recente do envolvimento da APM na abordagem integrada dos riscos marítimos e da proteção de infraestruturas críticas foi a sua participação na 68.^a Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre Drogas (CND), realizada em Viena, em março de 2025. Nesta ocasião, a APM alertou para o aumento significativo

do tráfico de estupefacientes na região euromediterrânica e na região do Golfo, ambas identificadas como corredores estratégicos entre os principais mercados de produção e consumo. Foi particularmente destacada a cooperação em curso com a Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional (GITOC), centrada no mapeamento de rotas ilícitas e na análise das conexões entre redes de tráfico e grupos terroristas. Esta sinergia reforça a importância de proteger infraestruturas críticas costeiras e portuárias, muitas vezes instrumentalizadas por redes criminosas para fins logísticos e financeiros, sublinhando a necessidade de articular medidas legislativas, operacionais e diplomáticas, sob coordenação interparlamentar, para enfrentar eficazmente estas ameaças interligadas (APM, 2025).

Por sua vez, a AP OSCE tem abordado a segurança marítima de forma transversal, associando-a à sua missão mais ampla de promoção da estabilidade, do Estado de direito e da prevenção de conflitos. Através da sua Comissão Geral sobre Assuntos Políticos e de Segurança, bem como das ações do seu Representante Especial para o Mediterrâneo, a AP OSCE tem incentivado o diálogo sobre ameaças híbridas, incluindo ciberataques a infraestruturas portuárias, operações de influência maliciosa, tráfico ilícito em rotas marítimas e a crescente militarização de zonas marítimas disputadas (AP OSCE, 2025).

Um exemplo prático da atuação recente da AP OSCE neste domínio foi o trabalho desenvolvido ao longo de 2024 pelo seu Representante Especial para o Combate ao Crime Organizado, Eugenio Zoffili, que se reuniu com várias autoridades italianas responsáveis pelas políticas antidroga e pela segurança marítima. Estas reuniões, com a Direção Central dos Serviços Antidroga e o Departamento de Políticas Antidroga do Ministério do Interior italianos, centraram-se no agravamento do tráfico de fentanil e de outros opiáceos sintéticos, através das rotas marítimas do Mediterrâneo, destacando as ameaças crescentes que estas substâncias colocam à saúde pública, à estabilidade social e à segurança das infraestruturas críticas portuárias e logísticas (AP OSCE, 2024). Esta preocupação foi formalmente expressa na resolução aprovada em 3 de julho de 2024, na qual a AP OSCE apela à intensificação da cooperação entre parlamentos e forças de segurança para combater as redes criminosas envolvidas no narcotráfico e na infiltração em cadeias logísticas, muitas vezes com implicações diretas na vulnerabilidade das infraestruturas estratégicas e na soberania marítima (AP OSCE, 2024). Esta iniciativa evidencia como a diplomacia parlamentar procura promover uma abordagem coordenada e baseada em evidência, articulando a dimensão legislativa com a proteção de bens públicos essenciais à segurança humana e regional.

Ambas as organizações parlamentares têm destacado o papel estratégico das infraestruturas digitais e energéticas como domínios emergentes de segurança, especialmente em contextos de conflito prolongado ou de rivalidade geopolítica por influência regional. O alargamento da noção de infraestrutura crítica, que hoje

inclui sistemas informáticos, redes logísticas e cadeias de abastecimento sensíveis, impõe uma resposta legislativa articulada, assente em medidas de cibersegurança, proteção de dados e resiliência a ameaças híbridas, tópicos que têm ganhado centralidade nas agendas tanto da APM como da AP OSCE.

Portugal, como país com significativa ligação ao espaço atlântico e mediterrânico, acompanha com atenção estas dinâmicas, participando ativamente nos debates parlamentares sobre segurança marítima, combate ao terrorismo e proteção de infraestruturas críticas. A delegação portuguesa nas referidas assembleias tem salientado a importância da cooperação multilateral na monitorização de rotas marítimas sensíveis, na prevenção de ataques cibernéticos e no reforço das capacidades legislativas e operacionais para proteger bens e estruturas essenciais ao funcionamento dos Estados (Assembleia da República, 2025).

5. Limites e Potencial da Diplomacia Parlamentar no Mediterrâneo

A diplomacia parlamentar tem-se afirmado como um instrumento relevante para a promoção do diálogo político e da cooperação interparlamentar, na região do Mediterrâneo. No entanto, apesar do seu potencial, esta forma de atuação enfrenta diversos constrangimentos institucionais e políticos, que limitam a sua eficácia. Um dos principais desafios é a fragmentação política da região, marcada pela coexistência de sistemas democráticos, autoritários e híbridos. Esta diversidade dificulta a construção de consensos e compromete a eficácia das iniciativas promovidas pelas OPI. As tensões geopolíticas persistentes, como as disputas no Mediterrâneo Oriental ou as rivalidades magrebina, agravam essa fragmentação e limitam a atuação concertada destas organizações (Cofelice e Stavridis, 2017). (Cofelice e Stavridis, 2017).

Outro obstáculo significativo é a natureza não vinculativa das resoluções aprovadas, cuja implementação depende exclusivamente da vontade dos Estados-membros. A ausência de mecanismos formais de monitorização e avaliação limita o impacto das recomendações parlamentares, criando uma perceção de marginalidade em relação à diplomacia tradicional (Amaral, 2004). Este desfasamento é agravado por limitações internas às OPI, nomeadamente a escassez de recursos financeiros e humanos. Muitas operam com orçamentos reduzidos e estruturas administrativas frágeis, dificultando a continuidade dos projetos e a especialização técnica (Jaskiernia, 2022). A rotatividade frequente dos membros das delegações parlamentares também compromete a consolidação de relações institucionais duradouras, essenciais para agendas estratégicas (García Escudero, 2015).

Adicionalmente, verifica-se uma fraca articulação entre as OPI e outras organizações regionais, como o Conselho da Europa ou a própria União para o Mediterrâneo,

o que compromete a coerência e complementaridade das respostas multilaterais. A ausência de canais de comunicação eficazes e de mecanismos de cooperação interinstitucional pode tornar redundantes os esforços parlamentares ou mesmo excluí-los dos processos decisórios.

Apesar destas limitações, a diplomacia parlamentar continua a demonstrar potencial, sobretudo quando mobilizada estrategicamente por Estados com tradição diplomática e compromisso com o multilateralismo (Hallunaj, 2020). Neste âmbito, a atuação da Assembleia da República, no Mediterrâneo, tem sido significativa. Portugal participa regularmente em diversas OPI, com deputados a ocupar cargos de destaque, a liderar comissões e a promover iniciativas de cooperação regional. A realização de eventos parlamentares internacionais em território nacional atesta a capacidade do país para exercer influência diplomática por via parlamentar.

Portugal beneficia de uma imagem internacional associada à neutralidade construtiva e ao respeito pelos direitos humanos, reforçando a credibilidade da sua diplomacia parlamentar. Este posicionamento pode ser aprofundado através do desenvolvimento de uma estratégia nacional, articulada com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e alinhada com os objetivos da política externa e de segurança nacional (Silva, 2024). Essa abordagem deverá contemplar mecanismos permanentes de coordenação institucional, a valorização do trabalho das delegações parlamentares e a aposta na sua formação especializada.

Adicionalmente, o Estado português poderá tirar partido das suas ligações históricas e culturais com países do Mediterrâneo e de África para promover uma diplomacia parlamentar assente no diálogo, na mediação e na defesa de agendas comuns. A cooperação descentralizada, com envolvimento de autarquias e universidades, poderá reforçar esta dimensão, contribuindo para uma ação externa mais inclusiva, cooperativa e eficaz.

6. Conclusão

O presente artigo procurou analisar o papel da diplomacia parlamentar no Mediterrâneo, à luz dos desafios geopolíticos atuais, com especial enfoque na participação portuguesa nas OPI. Num momento em que a região mediterrânica enfrenta múltiplas fontes de instabilidade, desde conflitos armados e regimes autoritários a riscos transnacionais como o terrorismo, o tráfico de pessoas, as alterações climáticas e as migrações descontroladas, a diplomacia parlamentar oferece um instrumento complementar de ação externa, orientado para o diálogo político, a partilha de boas práticas e a construção de consensos entre Estados com interesses frequentemente divergentes.

A análise demonstrou que organizações como a APM, a AP-UpM e a AP OSCE funcionam como fóruns relevantes para promover a cooperação multilateral, a segurança regional e a articulação entre agendas nacionais e objetivos comuns. Embora estas estruturas enfrentem limitações significativas, desde a sua natureza não vinculativa à fragmentação política e à escassez de meios, a sua utilidade reside na capacidade de manter canais de comunicação abertos, de envolver atores legislativos nos processos de construção de confiança e de antecipar respostas a ameaças complexas que transcendem fronteiras.

Portugal, enquanto ator historicamente comprometido com o multilateralismo, com os direitos humanos e com a paz regional, tem sabido posicionar-se de forma estratégica nestas plataformas, contribuindo para agendas de cooperação e estabilidade no espaço euromediterrânico.

À luz do exposto, a diplomacia parlamentar deve ser entendida como um pilar complementar da política externa portuguesa, com potencial para reforçar a presença internacional do país em temas estruturantes da ordem internacional contemporânea. A consolidação de uma estratégia nacional de diplomacia parlamentar, articulada com o MNE e alinhada com os objetivos estratégicos da defesa e da segurança nacional, poderá potenciar o valor acrescentado das relações internacionais da Assembleia da República. A valorização deste instrumento assume particular relevância perante os desafios geopolíticos que se adensam no Mediterrâneo e que exigem abordagens cooperativas, inclusivas e persistentes.

Adicionalmente, o trabalho desenvolvido pelas delegações parlamentares portuguesas neste domínio merece ser mais amplamente conhecido, reconhecido e explorado em sede académica, contribuindo para aprofundar o conhecimento sobre formas alternativas e complementares de atuação internacional. Para Portugal, investir na diplomacia parlamentar é afirmar-se como construtor de pontes, num espaço onde o diálogo é, cada vez mais, uma necessidade estratégica.

Bibliografia

- Abis, S. e Demurtas, L., 2023. Food security: The Mediterranean regions desynchronized agenda. *NEW MEDIT* , Issue 2, pp. 1-9.
- Abis, S. e Demurtas, L., 2023. *The geopolitical aspect of food security in the Mediterranean region*. [Online] Disponível em: <https://www.iemed.org/publication/the-geopolitical-aspect-of-food-security-in-the-mediterranean-region/> [Acedido em 21 março 2025].
- Alkire, S., 2003. *A Conceptual Framework for Human Security* , Oxford: Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity, CRISE.
- Amaral, J. B. M., 2004. *Reflexões sobre o parlamento português*. 1ª ed. Lisboa: Instituto Francisco Sá Carneiro.

- Andersson, M., Köhler-Ulbrich, P. e Nerlich, C., 2025. *Green investment needs in the EU and their funding*. [Online] Disponível em: https://www.ecb.europa.eu/press/economic-bulletin/articles/2025/html/ecb.ebart202501_03~90ade39a4a.en.html [Acedido em 20 março 2025].
- AP OSCE, 2024. *Ad Hoc Committee on Migration*. [Online] Disponível em: <https://www.oscepa.org/en/activities/ad-hoc-committees-and-working-groups/migration> [Acedido em 23 março 2025].
- AP OSCE, 2024. *Countering the proliferation of drugs, particularly fentanyl and other synthetic opioids, as well as mafias and criminal organizations involved in trafficking them*. [Online] Disponível em: <https://www.oscepa.org/en/documents/special-representatives/combating-organized-crime/5069-3-july-2024-resolution-on-countering-the-proliferation-of-drugs-particularly-fentanyl-and-other-synthetic-opioids-as-well-as-mafias-and-criminal-organizations-invol> [Acedido em 22 março 2025].
- AP OSCE, 2024. *OSCE Parliamentary Assembly's 22nd Autumn Meeting*. [Online] Disponível em: <https://www.oscepa.org/en/documents/autumn-meetings/2024-dublin/reports-and-speeches-11/5137-2024-autumn-meeting-final-report/file> [Acedido em 15 março 2025].
- AP OSCE, 2024. *Special Representative Zoffili meets with Central Director of Italy's Anti-Drug Services*. [Online] Disponível em: <https://www.oscepa.org/en/documents/special-representatives/combating-organized-crime/4939-10-april-2024-special-representative-zoffili-meets-with-central-director-of-italys-anti-drug-services/file> [Acedido em 21 março 2025].
- AP OSCE, 2025. *Members*. [Online] Disponível em: <https://www.oscepa.org/en/members> [Acedido em 11 março 2025].
- AP OSCE, 2025. *Special Representative on Mediterranean Affairs*. [Online] Disponível em: <https://www.oscepa.org/en/activities/special-representatives/mediterranean-affairs> [Acedido em 14 março 2025].
- APM, 2015. *PAM reiterates support for dialogue in Libya*. [Online] Disponível em: <https://pam.int/pam-reiterates-support-for-dialogue-in-libya/> [Acedido em 20 março 2025].
- APM, 2017. *Migration Conference in Malta organised by the IPU, PAM and House of Representatives of Malta*. [Online] Disponível em: <https://pam.int/migration-conference-in-malta-organised-by-the-ipu-pam-and-house-of-representatives-of-malta/> [Acedido em 25 março 2025].
- APM, 2022. *AM organizes in Naples the High-Level International Conference "The Palermo Convention: The Future of the Fight Against Transnational Organized Crime"*. [Online] Disponível em: <https://pam.int/pam-organizes-in-naples-the-high-level-international-conference-the-palermo-convention-the-future-of-the-fight-against-transnational-organized-crime/> [Acedido em 20 março 2025].
- APM, 2023. *17th Plenary Session*. [Online] Disponível em: <https://pam.int/wp-content/uploads/2023/11/Online-version-EN-Executive-report-2023-1.pdf> [Acedido em 21 março 2025].
- APM, 2023. *Mid-Term Report 2023*. [Online] Disponível em: <https://pam.int/wp-content/uploads/2024/10/PAM-Mid-Term-Report-2023-5.pdf> [Acedido em 21 março 2025].

- APM, 2025. *PAM 19th Plenary Session – Presentation of the Work of the 2nd Standing Committee*. [Online] Disponível em: <https://pam.int/pam-19th-plenary-session-presentation-of-the-work-of-the-2nd-standing-committee/> [Acedido em 18 março 2025].
- APM, 2025. *PAM at the UNODC 68th Commission on Narcotic Drugs*. [Online] Disponível em: <https://pam.int/pam-at-the-unodc-68th-commission-on-narcotic-drugs/> [Acedido em 25 março 2025].
- APM, 2025. *The Assembly*. [Online] Disponível em: <https://pam.int/the-assembly/> [Acedido em 18 março 2025].
- AP-UfM, 2021. *Women's Rights in Euro-Mediterranean Countries*. [Online] Disponível em: https://paufm.org/wp-content/uploads/2021/12/Women_Recommendation_EN.pdf [Acedido em 21 março 2025].
- AP-UfM, 2024. *Overview*. [Online] Disponível em: <https://paufm.org/overview-committees/> [Acedido em 18 março 2025].
- AP-UpM, 2019. *History*. [Online] Disponível em: <https://paufm.org/history/> [Acedido em 11 março 2025].
- AP-UpM, 2020. *15th Plenary Meeting – Strasbourg 2019*. [Online] Disponível em: <https://paufm.org/upcoming-strasbourg-2019/> [Acedido em 11 março 2025].
- AP-UpM, 2021. *16th Plenary Meeting – Brussels 2021*. [Online] Disponível em: <https://paufm.org/16th-plenary-meeting-brussels-2021/> [Acedido em 10 março 2025].
- AP-UpM, 2024. *Energy, Environment and Water*. [Online] Disponível em: <https://paufm.org/energy-committee/> [Acedido em 15 março 2025].
- Assembleia da República, 2020. A AP-UpM. [Online] Disponível em: Delegações permanentes [Acedido em 20 março 2025]
- Assembleia da República, 2024. A Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM). [Online] Disponível em: Delegações permanentes [Acedido em 12 março 2025].
- Assembleia da República, 2024. Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE). [Online] Disponível em: Delegações permanentes [Acedido em 20 março 2025].
- Assembleia da República, 2025. *Sobre as delegações permanentes*. [Online] Disponível em: <https://www.parlamento.pt/RelacoesInternacionais/Paginas/DelegacoesPermanentes2.aspx> [Acedido em 18 março 2025].
- Belhaj, F., 2025. *The Ebbs and Flows of Eastern Mediterranean Gas Politics in 2025*. 1ª ed. Rabat: Policy Center for the New South.
- Bellin, E., 2012. Reconsidering the Robustness of Authoritarianism in the Middle East: Lessons from the Arab Spring. *Comparative Politics*, 44(2), pp. 127-149.
- Benantar, A., 2015. Quelle architecture de sécurité pour la Méditerranée ?. *Critique internationale*, 4(69), pp. 133-152.

- Câmara Municipal de Aveiro, 2023. *Parlamentares do Mediterrâneo em Aveiro para conhecerem a estratégia de desenvolvimento sustentável do Município*. [Online] Disponível em: <https://www.cm-aveiro.pt/noticia-43/parlamentares-do-mediterraneo-em-aveiro-para-conhecerem-a-estrategia-de-desenvolvimento-sustentavel-do-municipio> [Acedido em 12 março 2025].
- Chapsos, I., 2016. Is Maritime Security a Traditional Security Challenge?. Em: A. Masys, ed. *Exploring the Security Landscape: Non-Traditional Security Challenges*. Londres: Springer, pp. 59-78.
- Cofelice, A., 2012. *International Parliamentary Institutions: Some Preliminary Findings and Setting a Research Agenda*, Bruges: United Nations University Institute on Comparative Regional Integration Studies.
- Cofelice, A. e Stavridis, S., 2017. *Mapping the Proliferation of Parliamentary Actors in the Mediterranean: Facilitating or Hindering Cooperation?*, Roma: IAI Working Papers 17|21. Istituto Affari Internazionali (IAI).
- Comissão Europeia, 2011. *Barcelona Declaration and Euro-Mediterranean Partnership*. [Online] Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/barcelona-declaration-and-euro-mediterranean-partnership.html> [Acedido em 21 março 2025].
- Cutler, R. M., 2001. The Emergence of International Parliamentary Institutions: New Networks of Influence in World Society. Em: G. S. Smith & D. Wolfish, edits. *Who Is Afraid of the State? Canada in a World of Multiple Centres of Power*. Toronto: University of Toronto Press, p. 201-229.
- Cutler, R. M., 2006. The OSCE's Parliamentary Diplomacy in Central Asia and the South Caucasus. *Studia Diplomatica*, 59(1), pp. 89-106.
- Cutler, R. M., 2013. International Parliamentary Institutions as Organizations. *Journal of International Organization Studies*, 4(1), pp. 104-126.
- Darwisheh, H., 2014. Trajectories and Outcomes of the 'Arab Spring': Comparing Tunisia, Egypt, Libya and Syria. *IDE Discussion Papers*, Issue 456 (março 2014).
- Duchesne, T., 2023. *La Méditerranée au défi des nouveaux enjeux d'utilisation de l'espace maritime*. [Online] Disponível em: <https://fmes-france.org/la-mediterranee-au-defi-des-nouveaux-enjeux-dutilisation-de-lespace-maritime/> [Acedido em 21 março 2025].
- Elgendy, K., 2025. *The Mediterranean must work collectively to harness the power of renewables*. [Online] Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/energysource/the-mediterranean-must-work-collectively-to-harness-the-power-of-renewables/> [Acedido em 22 março 2025].
- Esteves, P., 2008. *É Portugal um país mediterrânico?*. [Online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2008/08/23/jornal/e-portugal-um-pais-mediterranico-273369> [Acedido em 11 março 2025].
- Fawcett, L., 2018. *International relations of the Middle East*. 5ª ed. Oxford: Oxford University Press.

- Feldberg, D., 2019. *Parliamentary Diplomacy, an annotated bibliography*, Londres: McGill.
- Ferreira, S., 2016. Migratory Crisis in the Mediterranean: Managing Irregular Flows. *Stability: International Journal of Security & Development*, 5(1), pp. 1-6.
- Fonseca, T. e Vargas, A., 2019. *Como Funciona o Parlamento*. 1ª ed. Lisboa: Assembleia da República.
- García Escudero, P., 2015. *La diplomacia parlamentaria*. 1ª ed. Madrid: García Escudero, Pío (2015). La diplomacia parlamentaria. Madrid: Editorial Universitaria.
- Griglio, E. e Stavridis, S., 2018. The European Parliament and its International Relations. Em: J. Wouters, K. Raube, Müftüler-Baç e T. M. de Wilde d'Estmael, edits. *Parliamentary Dimensions of Regionalization and Globalization: The Role of Inter-Parliamentary Institutions..* Londres: Palgrave Macmillan, pp. 63-84.
- Hallunaj, M., 2020. *Parliamentary Diplomacy as a Helpful Instrument in Foreign Policy*. [Online] Disponível em: <https://www.agora-parl.org/resources/library/parliamentary-diplomacy-helpful-instrument-foreign-policy> [Acedido em 14 março 2025].
- Jancic, D., 2016. The Role of National Parliaments in the EU's External Relations. *CLEER Papers*, Issue 5, pp. 1-38.
- Jaskiernia, J., 2022. Parliamentary Diplomacy – A New Dimension of Contemporary Parliamentarism. *Studia Iuridica Lublinensia*, 31(1), pp. 93-104.
- Jönsson, C. e Johnsson, A., 2018. Parliaments in Global Governance. *Global Governance*, 24(3), pp. 309-320.
- Kalaitzaki, E., 2025. *Security, Parliaments and the Mediterranean*. 1ª ed. Atenas: Hellenic Foundation for European and Foreign Policy.
- Lier, F.-A. v., 2017. *National Dialogue in Libya –The National Dialogue Preparatory Commission. Libya Case Study Report*. 1ª ed. Berlim: Berghof Foundation.
- Lozovan, C., 2025. *A estratégia europeia no Mediterrâneo e Médio Oriente*. [Online] Disponível em: <https://expresso.pt/opiniao/2025-01-09-a-estrategia-europeia-no-mediterraneo-e-medio-oriente-cc452e6e> [Acedido em 15 março 2025].
- Malamud, A. e Stavridis, S., 2011. Parliaments and parliamentarians as international actors. Em: *The Ashgate Research Companion to Non-State Actors*. Aldershot: Ashgate, pp. 101-115.
- Marignan, C. d., 2023. *The Mediterranean Sea: Between Geopolitical Challenges and Climate Crisis*. [Online] Disponível em: <https://www.iemed.org/publication/the-mediterranean-sea-between-geopolitical-challenges-and-climate-crisis/> [Acedido em 16 março 2025].
- Martínez-García, M. Á., Ramos-Carvajal, C. e Cámara, Á., 2023. Consequences of the energy measures derived from the war in Ukraine on the level of prices of EU countries. *Resources Policy*, 86(B), pp. 104-114.
- OIM, 2024. *World Migration Report 2024*, Genebra: OIM.
- Pavia, J. F. L. Z., 2019. *Política Externa Portuguesa Contemporânea*. 1ª ed. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

- Péjo, P., 2020. *La diplomatie parlementaire*. 1ª ed. Paris: LGDJ.
- Pierre, C., Edward, L. e Milner, H., 2024. International Cooperation in International Relations. *Diplomatie: affaires stratégiques et relations internationales*, Volume Les Grands dossiers, pp.1-61.
- Radojevic, S. M., 2020. Political and Strategic Changes in the Mediterranean. *The Review of International Affairs*, Vol. LXXI(Nº 1179, July–September 2020), pp. 54-76.
- Ribeiro, O., 2021. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. 1ª ed. Lisboa: Letra Livre.
- Rodrigues, E. F., 2017. APM. [Online] Disponível em: https://pam.int/wp-content/uploads/2024/10/Rodrigues_speech_11th_PS_Portugal_2017_EN.pdf [Acedido em 21 março 2025].
- Salimena, G., 2022. La contribución de la diplomacia parlamentaria al Derecho Internacional Humanitario: El caso de Malvinas y el ADN de los caídos. *Relaciones Internacionales*, 31(63), 31(63), pp. 45-64.
- Sarto, R. A. D., Stavridis, S. e Pace, M., 2009. The EMPA and Parliamentary Diplomacy in the Mediterranean: A Preliminary Assessment. Em: S. Stavridis e N. F. Sola, edits. *Factores políticos y de seguridad en el área euro-mediterránea*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, pp. 125-148.
- Silva, A. S., 2016. *O Mediterrâneo, uma prioridade da política externa portuguesa*. [Online] Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/03/10/politica/opiniao/o-mediterraneo-uma-prioridade-da-politica-externa-portuguesa-1725638> [Acedido em 10 março 2025].
- Silva, A. S., 2024. *Singular, Plural*. 1ª ed. Lisboa: Assembleia da República.
- Stavridis, S. e Jancic, D., 2017. *Parliamentary Diplomacy in European and Global Governance*. 1ª ed. Londres: Brill.
- Stavridis, S. e Sola, N. F., 2017. *Parliamentary Diplomacy in European and Global Governance*. Leiden: Brill Nijhoff.
- Stergiou, A., 2023. Eastern Mediterranean Energy Geopolitics Revisited: Green Economy Instead of Conflict. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies*, 25(4).
- Teixeira, N. S., 2010. Breve ensaio sobre política externa portuguesa. *Relações Internacionais*, Issue 28, pp. 61-60.
- UIP, 2006. *Parliament and Democracy in the twenty-first century: a guide to good practice*, Geneva: IPU.
- Weisglas, F. W. e Boer, G. d., 2007. Parliamentary Diplomacy. *The Hague Journal of Diplomacy*, Issue 2, pp. 93-99.
- Zaouaq, K., 2021. *L'essentiel de la diplomatie parlementaire*. 1ª ed. Paris: Éditions Spinnelle.